

## Entrevista

**Professor Dr. Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior**

**Por Wilson da Silva Santos\***

O Prof. Dr. Carlos Zacarias, do Departamento de História da UFBA, esteve na UNEB, Campus VI, Caetité, onde participou do VIII Encontro de História, que ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2018. O Prof. Dr. Carlos Zacarias proferiu a conferência de abertura cujo título foi “A História em tempos de exceção: embates, desafios e perspectivas”. Lançou o livro “Foi Golpe! O presente como história” (Quarteto Editora, Salvador, 2018). Na ocasião, ele concedeu esta entrevista para a revista “Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino” (UNEB, Campus VI).

**Gostaria que você falasse inicialmente sobre a sua formação acadêmica. Como e por que decidiu se dedicar ao ofício de historiador?**

- Tenho formação em História pela Universidade Católica de Salvador, em 1992. Já no antigo segundo grau, no período de 1980, tive influência muito grande do professor de Geografia, Zilton Rocha, que me indicava livros clássicos, como Eduardo Galeano, Leo Huberman. No início, eu queria ser sociólogo. Sou filho de pais formados em Sociologia. Decidi fazer, concomitantemente, Ciências Sociais, na UFBA, e História, na Universidade Católica. Mas, depois de quatro semestres cursados em Ciências Sociais, desisti deste curso, e me dediquei exclusivamente aos estudos em História, na Católica. No quarto semestre, eu já tinha vislumbrado o mestrado em História. Portanto, decidi me dedicar com disciplina intelectual para seguir decididamente a carreira de professor. Na graduação, com essa mesma disciplina, eu me identifiquei com as leituras de Trotsky, que foi o meu caminho teórico e o meu meio de acesso mais direto à militância. Devido à influência do trotskismo, a corrente que me aproximei na militância foi o grupo Democracia Socialista, do

---

\*Doutor em Filosofia e História da Educação (Unicamp). Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia-Campus VI, [wisanvc@yahoo.com.br](mailto:wisanvc@yahoo.com.br).

Partido dos Trabalhadores. Eu sempre atuei na militância com esse ardor de estudante disciplinado. Sempre gostei de livros. Trabalhei em livraria, onde comprava muitos livros e até hoje adquiero livros de diversas áreas. As minhas leituras foram e são metódicas. Então, seja na graduação, seja na militância, esse comportamento intelectual foi determinante para que eu não caísse no espontaneísmo. Devo muito dessa minha postura nos estudos a alguns professores da Universidade Católica de Salvador que foram referência pra mim, como Afonso Florence e Alberto Heráclito, ambos cruciais para minha transição da graduação para o mestrado. No mestrado, eu queria estudar a esquerda baiana. Em conversas com o professor Afonso, ele me disse que a esquerda não era muito relevante na Bahia, que talvez eu não tivesse êxito em estudar o assunto. Por causa de sua orientação, eu pesquisei a escravidão e os pequenos proprietários de escravos no mestrado. Paralelo ao mestrado em História na UFBA, concluído em 1997, também fui aprovado no concurso para professor da UNEB, *Campus Jacobina*. Nesse momento, eu estava mais voltado à vida acadêmica, como professor e pesquisador da área História do Brasil. Somente anos depois, dentro da UNEB, volto a militar mais incisivamente a partir dos anos 2000, por ocasião da greve das Universidades Estaduais Baianas. Antes, eu tinha participado da chapa eleita do ANDES como secretário Regional Nordeste III, na gestão do professor Roberto Leher (Atualmente reitor da UFRJ). Deflagramos a greve de 2000 com adversidades grandes, sobretudo com o desafio de mobilizar a base de professores. Eu estava no comando de greve, cuja direção da Associação se encontrava esfacelada. A greve que durou 55 dias na Uneb e o comando de greve foi importante para formar uma base consistente de professores que vieram compor a Associação dos Docentes da UNEB-ADUNEB. Ainda 2000 rompi com o PT e no início do ano seguinte, ingressei no PSTU. Nesse mesmo ano, em dezembro, após o desfecho da greve, que acabou julho, concorri à eleição para ADUNEB. Era chapa única e assumimos a entidade em seguida. Eu diria que a minha passagem pela ADUNEB enquanto diretor foi decisiva para o meu trajeto. Depois, fora da direção, participei do comando de greve em momentos diversos, voltando a assumir a direção da entidade entre 2007 e 2009. Mesmo atuando no sindicato, continuei com as minhas atividades

acadêmicas. Essa experiência como militante e diretor da ADUNEB me levou, de certo modo, a ter interesse novamente em estudar a esquerda baiana.

**Nessa última fala, você mesmo suscita seu antigo interesse em investigar a política de esquerda baiana e você se dedica a isso no Doutorado. Como se deu esse processo de mudar de temática escravidão para a política de esquerda em seu percurso de pesquisador?**

- Quando planejei a minha ida para o doutorado, queria estudar os intelectuais da esquerda. Com esse interesse de estudar os intelectuais da esquerda, cheguei ao PCB, mas não mais com o objetivo de estudar os intelectuais. A partir da dissertação de mestrado, de Frederico Falcão, que virou o livro “Os Homens do Passo Certo”, percebi que o PCB da Bahia era de uma importância muito grande nos anos de 1930, e boa parte da direção que se formou nos anos de 1940 e 50 tinha saído da Bahia. Comecei, com isso, a compreender e estudar que aquele caldo de cultura que sucedeu ao levante de 1935, chamado de “Intentona Comunista”, tinha proporcionado ao PCB baiano a liderança desse processo de reconstrução do partido em nível nacional. Com isso, fui estudar o PCB de 1936 a 1948, que sucede o período entre o balanço do levante de 1935. O marco de minha interpretação é um documento editado pela direção do PCB que se encontrava na Bahia chamado “Marcha da Revolução Nacional Libertadora e suas Forças Motrizes”. Foi um documento que tinha sido utilizado pela primeira vez por Dainis Karepóvs, em seu livro “Luta Subterrânea”. Nesse documento, o PCB deu uma guinada em sua linha ainda marcada pela compreensão trazida do VI Congresso da Internacional Comunista, a chamada política do terceiro período, para a linha de frente popular, que é do VII Congresso da IC, realizado em 1935. Meu estudo vai de 1936 até 1948, quando os mandatos dos deputados eleitos pelo PCB vão ser cassados. Parece-me que é um período de balanço, recomposição, ascensão e, depois, declínio; bem como a queda e a cassação do registro e dos mandatos, respectivamente em maio de 1947 e janeiro de 1948. Essa é a minha tese de doutorado, realizada na UFPE e defendida em 2007, que depois, foi editada em livro, com o título “Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948” (Annablume, 2009).

### **E as documentações para a Tese?**

- A documentação das organizações de esquerda está nos arquivos do movimento operário, como o arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, o arquivo público, do Rio de Janeiro, que tem farta documentação policial, e outros arquivos menores pelo Brasil. Uma parte significativa dessa documentação sobre o PCB, no período em que houve a Internacional, foi repatriada para o Brasil a partir dos arquivos de Moscou e organizada por Dainis Karepóvs para o CEDEM/UNESP a partir da base documental do arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP. Eu acessei a documentação da Internacional Comunista, estudei a revista *Seiva*, de Salvador, editada entre 1938 a 1943, uma revista que não tinha sido acessada por ninguém, com exceção de João Falcão, que foi o editor dessa revista, militante do PCB. Falcão foi também o diretor do jornal *O Momento*, editado de 1945 a 1957. Além desses documentos, fui para Portugal e consultei alguns arquivos naquele país. Esse acervo todo foi a base para construir a tese.

**Em 2010, você ingressa na UFBA como professor adjunto e deixa a UNEB. Assume a disciplina Teoria da História e faz parte do quadro de professores do programa de pós-graduação em História. Nota-se que, em seus recentes estudos, você tem se preocupado com o revisionismo na historiografia brasileira. Como você vê, nos últimos anos, essa análise revisionista de alguns pesquisadores, principalmente em se tratando do período da ditadura civil-militar de 1964?**

- Quando estive em Portugal fui orientado pelo professor Manuel Loff, um professor da Universidade do Porto, estudioso do revisionismo no país. Nessas discussões fui muito influenciado pelas suas reflexões. Ao voltar para o Brasil, comecei a fazer leituras sobre memória e sobre revisionismo que partiram daquilo que o professor Loff havia me indicado e que me inspirava muito. Isso foi em 2010 e 2011. Em 2012, comecei a fazer algumas discussões sobre a historiografia e o revisionismo, como professor de Teoria da História. Então criei o grupo de pesquisa “História dos Partidos e Movimentos de Esquerda na Bahia”. No grupo, realizamos um balanço da historiografia da esquerda e este balanço me apontava para os limites de uma historiografia cada vez menos comprometida com a crítica que, ao mesmo tempo, vinha assumindo um viés

conciliador. Essa conciliação da historiografia passava por fazer com que os historiadores imprimissem nos textos uma revisão da história com motivações políticas e que, depois eu entendi, eram influenciadas pela forma assumida pela memória. O que é o revisionismo? Toda história é uma revisão. Toda vez que um historiador vai estudar um tema, ele está revisando uma questão que em muitos casos já foi estudada. Ou ele revisa um período que não foi estudado a partir de documentos que são inéditos, ou ele introduz novas questões sobre temas e documentos já conhecidos. Mas há um tipo de revisão do passado que às vezes é motivada por elementos estranhos, por vezes inconscientes, como parte da transformação da memória, por vezes conscientes, quando ocorre uma revisão politicamente motivada e é aí que temos o revisionismo. Para dar um exemplo, aquela historiografia sobre a União Soviética, depois da queda do Muro de Berlim, empenhada em demonstrar o indemonstrável, que o stalinismo se assemelha ao nazismo em sua dimensão de violência. Essa revisão tem uma conotação política e é, portanto, revisionismo. É uma historiografia que é posterior à guerra fria, mas atende aos anseios de um mundo polarizado, de uma mentalidade anticomunista e de uma representação que tinha sido trazida do centro da guerra fria. Nesse caso, a categoria “totalitarismo”, que é uma categoria produzida nos anos 1950 por autores que associam o totalitarismo como política de Estado, que assemelham a regimes de violência com suas populações, como o regime hitlerista ou nazismo e o stalinismo, é atualizada nas cores do revisionismo. Essa revisão é feita a partir dos movimentos da memória. Se uma memória sobre determinado tema se transforma, a percepção que os historiadores têm sobre esse tema também tende a mudar, mesmo que as evidências e os acontecimentos em si não apresentem novidade alguma. Dou como exemplo a Revolução Russa. A Revolução Russa se transformou ao longo do tempo não porque ela tenha se modificado no que dela era conhecido, mas porque as interpretações sobre esse passado se transformaram ao longo tempo. Nos últimos trinta anos, nós descobrimos o protagonismo das mulheres. Esse protagonismo não substitui o protagonismo das lideranças já conhecidas, como Lênin, Trotsky e outros, mas como os historiadores e, sobretudo, as historiadoras passaram a dar maior atenção ao fato de que a greve de fevereiro 1917 foi uma greve feita no dia internacional das mulheres, puxada por

mulheres, lideradas por mulheres, de onde se desencadeia uma greve geral que leva a queda do czarismo, é algo bastante relevante, pois é uma revisão importante, diferente do revisionismo que distorce as evidências.

**Quem são seus principais referenciais em seus estudos sobre revisionismo e memória?**

- Manuel Loff é uma referência importante para o estudo sobre o franquismo e salazarismo. O debate dele com o revisionismo é muito fincado na ideia de que, nesses dois países, o revisionismo é um combate pela salvaguarda de uma memória dos fascismos salazaristas e franquistas, que é preservada nas políticas das direitas com prepostos na intelectualidade. Os combates em Portugal e na Espanha são distintos, porque são países que, apesar de próximos, passaram por processos históricos diferentes; Portugal, com a Revolução dos Cravos, 25 de abril de 1974, e o franquismo como uma transição negociada a partir de 1975, firmada através do Pacto de Moncloa, que traz o rei de volta e restabelece a democracia tutelada pela monarquia. São políticas de memória diferentes. Mas o combate ao revisionismo, mesmo se dando em países distintos, é um combate igual, pois é um combate por manter a história num patamar de criticidade a esses regimes, não por uma disposição ideológica, mas baseado nas próprias evidências. Criticar os regimes franquista e salazarista não é apenas uma necessidade ideológica, uma necessidade ética, é uma necessidade calcada naquilo do que se conhece na história. Em que sentido? Foram regimes brutais, foram regimes que agrediram a oposição, que prenderam, torturaram e se aproximaram dos fascismos históricos, como o italiano e alemão, mas que sobreviveram à II Guerra Mundial, que se estenderam por décadas seguintes, praticando a exceção. O franquismo se imagina que matou, depois da guerra civil, cerca de 200 mil pessoas entre 1939 e 1975; o salazarismo matou milhares de pessoas. As guerras coloniais do salazarismo vitimaram milhares de pessoas na África. Então, a manutenção de uma disposição crítica não atende apenas a o imperativo ético, com relação a esses regimes, mas atende a um dispositivo que é da ciência histórica. Se não surgiram novas evidências, porque a historiografia saiu da interpretação crítica e foi para a direita? Isso é uma característica do revisionismo. Aconteceu isso com a experiência da Revolução Russa, aconteceu com esses regimes que citei

na Europa e aconteceu isso no Brasil, especificamente com o golpe de 1964. No caso brasileiro, nos vinte primeiros anos, há uma historiografia, uma politologia, uma sociologia que são muito críticas ao golpe; nos anos 1960 e 1970, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, Francisco Werffort; em 1981, René Dreifuss, com seu livro “1964: A Conquista do Estado”. De repente, no final da década 1980 e início de 1990, por esse movimento da memória, pelas transformações, pelo ponto de inflexão que o historiador italiano Enzo Traverso, no seu livro “História como Campo de Batalha”, localiza, no momento da queda do Muro de Berlim, esse movimento, essa época de transição, uma conciliação com o passado da ditadura militar brasileira. A historiografia brasileira está agora dando voz aos militares. Como se diz aqui, como se diz também no revisionismo europeu, especialmente o revisionismo italiano, protagonizado por Renzo De Filice, um biógrafo de Mussolini, e Ernst Nolte, na Alemanha: a apreciação do fascismo não pode ser exterior ao fascismo, porque são feitas por antifascistas. Os antifascistas não têm legitimidade, na lógica desses autores, de apreciar sobre o fascismo. Aqui no Brasil, embora não seja dito dessa forma, o que começa a se esmiuçar é um movimento dos historiadores para ouvir o que os militares estavam dizendo. Isso, de alguma maneira, levou muitos historiadores a se afastarem dos militantes de esquerda com a lógica de dizer que os militantes já falaram muito, cabendo agora ouvir os militares. Não há nenhum problema em ouvir os militares. O problema é acreditar no que eles dizem. Há um projeto do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, que dá origem a três livros, a partir de entrevistas. Nessa obra, está dito que o objetivo do projeto não é julgar, não é tomar partido, mas compreender. Como não julgar uma ditadura? Como não julgar a escravidão? Thompson, historiador inglês, disse, certa feita, que, mesmo em referência ao passado, mesmo que os nossos julgamentos quanto ao passado não modifiquem o que foi o passado, esses julgamentos importam para o que somos no presente. Quando os historiadores fizeram esse movimento, já estavam abdicando da crítica à ditadura.

**O que percebo é que essa estrutura epistêmica na historiografia reverbera na formação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil.**

- Reverbera muito. O livro mais revisionista, mais aberto a essa perspectiva historiográfica é o livro “Democracia ou Reformas”, de Argelina

Cheibub Figueiredo, professora da Unicamp. Através da teoria das escolhas racionais ou teoria da ação racional, a autora busca distribuir as responsabilidades pelo golpe de 1964, concluindo que esquerda e direita foram igualmente responsáveis pelo golpe. A compreensão da autora, que depois é traduzida em cores mais fortes por alguns historiadores, é que o golpe acontece pela direita, quando também poderia acontecer pela esquerda, já que ambos radicalizaram contra um governo reformista. É a tese dos “dois demônios”, que existiu na historiografia argentina. Quem abraça essa tese é, especialmente, o professor da UFF Jorge Ferreira, que diz que o golpe deveu-se, em larga medida, à radicalização da esquerda. A esquerda, portanto, teria sido responsável pelo golpe por lutar contra o golpe, ou responsável por lutar contra o atraso histórico no Brasil. Desse ponto de vista, se há luta, todos os que lutam são responsáveis pelo golpe. O livro “O Brasil Republicano”, volume 3, organizado por Jorge Ferreira, no capítulo em que ele escreve sobre o governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964, é um texto epistolar do revisionismo da historiografia. Nesse contexto, diferente de Jorge Ferreira, que não tem relação com os movimentos de esquerda, vamos ter historiadores como Daniel Aarão Reis, que veio da esquerda, participou do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), se envolveu em ações muito importantes e em seguida foi preso e depois exilado. Há um livro dele, dos clássicos sobre a luta armada do Brasil, “A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil”, que se aproxima da tese revisionista de Jorge Ferreira, apesar de Aarão Reis ser mais refinado em sua análise. O ministro do STF, Dias Toffoli, se refere ao golpe de 1964 como movimento e, ao fazê-lo, cita Daniel Aarão Reis. No mesmo dia, após a declaração do ministro, Daniel Aarão se manifesta e diz que nunca afirmou em suas obras que não foi golpe. Realmente, ele nunca negou que tivesse havido um golpe ou que foi um movimento. Mas o diabo mora nos detalhes. Toda sua obra deixa subentendido que o golpe de 1964 surgiu em função do movimento de apoio ao golpe por parte de setores da sociedade civil. O componente de classe no conceito de sociedade civil que Daniel identifica em 1964, para caracterizar o golpe como civil-militar, é um componente de classe que não é o mesmo de René Dreifuss. Nesse, a classe é a burguesia associada ao capital internacional, a elite orgânica. Já, no conceito de sociedade civil em Daniel



Aarão, não está presente a categoria classe social como Dreifuss apresenta. Em verdade, para historiador da UFF e ex-militante do MR-8, são as instituições, como ABI, a CNBB, a OAB, são as pessoas da classe média que marcharam a favor da Família, de Deus e da Liberdade, que conformam o componente civil do golpe. Nesse caso, quando nós analisamos as classes sociais atuando nesse período, há uma deformação sobre a compreensão do que seja a história do golpe e da ditadura no sentido pleno nas obras de Daniel.

**Nessa conversa, é inevitável a pergunta sobre a nossa conjuntura da crise política e econômica e o que pode acontecer depois de 2018. Você tem escrito desde 2006 no jornal *A Tarde*, abordando diversos temas sobre conjuntura política. Em seus últimos textos nesse jornal, você se debruçou sobre o período que abrange o governo Lula até 2018, analisando, principalmente, os acontecimentos de 2016. Alguns desses textos foram publicados no livro coletânea “Foi Golpe! O presente como história”. As perguntas são: em 2016, houve golpe? Qual é a sua perspectiva pós-eleição 2018, caso o candidato ultradireita do partido PSL consiga ganhar a eleição ou caso o candidato do PT ganhe o pleito presidencial?**

- Nesses últimos anos, o Brasil passou por transformações profundas. Gostaria de chamar atenção para o seguinte: o livro “Foi Golpe! O presente como história” é também fruto de um historiador do tempo presente; de um historiador que combina a necessidade de rigor da análise da história com a indispensável atuação no sentido da transformação, que é algo contido na décima primeira tese sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, o que importa é transformá-lo” (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Ideologia alemã). É possível interpretar o mundo em que você vive e não querer transformá-lo? A não ser que seja um mundo perfeito. Parece-me que o golpe de 2016 confirma as nossas análises e também análises de outras correntes, análises de outros intelectuais que já diziam que foi um golpe, pelos sentidos que ele tinha no acontecimento em si e os sentidos que ele adquire em seguida: todas as reformas, a entrega do pré-sal, a entrega da Petrobrás, o desmonte dos setores da burguesia interna que eram aliados do PT, a reforma trabalhista, a lei da terceirização, a reforma da previdência, a reforma do ensino médio, que é uma necessidade de eliminar disciplinas que são essenciais para o

pensamento crítico, o ajuste fiscal com a Emenda Constitucional (PEC) 95, que congela por 20 anos o investimento público nas áreas sociais. A nossa situação hoje é extremamente conservadora e reacionária. A possibilidade de Bolsonaro vencer a eleição é assustadora para qualquer brasileiro que minimamente pense.

### **Você esperava essa ascensão reacionária e também a de Bolsonaro?**

- Ninguém esperava isso. Há dois meses da eleição, não se imaginaria que Bolsonaro passaria para o segundo turno. Um candidato com oito segundos na televisão. Todos já desconfiavam que as redes sociais, via internet, teriam uma presença diferente nessa eleição, mas não nessa dimensão. Talvez tivesse nos faltado maior empenho em estudar os processos que levaram Trump à presidência dos Estados Unidos e o plebiscito na Inglaterra que decidiu pelo Brexit, a saída da Inglaterra da União Europeia. Se nós tivéssemos estudado como mais cuidado o assunto, talvez estivéssemos mais atentos, mas, de fato, todos nós negligenciamos isso. Eu não vi ninguém efetivamente chamar atenção para o perigo Bolsonaro. Então, todos nós imaginávamos que Bolsonaro ia bater no teto dos 20%. A história tem os seus elementos de contingências. No meio do caminho tinha uma facada, e essa facada que atingiu Bolsonaro, o tornou vítima. Em seguida à facada, teve a deleção de Palocci, que foi liberada em parte pelo juiz Sergio Moro. Essa manobra é uma confirmação do golpe; uma justiça seletiva, a exceção estabelecida em vários pontos da justiça brasileira, inclusive com liberação de escutas telefônicas quando Dilma era presidente, depois a seletividade quanto à perseguição a Lula. Portanto, foi um golpe jurídico-midiático-parlamentar. Esses três setores se juntaram sob os auspícios de frações das classes dominantes, que, inclusive, compuseram a base do governo “lulista”, mas depois romperam com Lula. Ademais, temos o moralismo e a espetacularização da corrupção. Isso tudo gerou um antipetismo mais radical e, ao mesmo tempo, o fortalecimento de Bolsonaro. É impressionante que Bolsonaro sempre foi um sujeito *outsider*. Ficou 30 anos no poder, como deputado, e de lá não saiu. Tem três filhos parlamentares. Um sujeito que passou por nove partidos, sem projeção nenhuma dentro do parlamento, que nunca submeteu um Projeto de Lei relevante. O partido mais corrupto, o Partido Progressista - PP, se pegarmos o Portal da Transparência, foi um partido que

Bolsonaro permaneceu até 2017. É absolutamente inusitada sua passagem ao segundo turno. Precisamos discutir sobre isso tudo, sobre o fascismo, porque o candidato é fascista, embora não haja um movimento fascista definido.

**E o PT? Se eleito, continuará com essa política de conciliação de classe?**

- Não tenho nenhuma dúvida disso. O PT não fez nenhuma autocritica em seus anos de governo, das alianças construídas, das conciliações, de ter levado Michel Temer e tê-lo apresentado a nós como homem honrado e comprometido. Faltando três dias para a votação em segundo turno, não acho que devemos fazer uma exigência ao PT quanto a isso, mas, do ponto de vista do balanço histórico, precisamos fazer isso; precisamos fazer essa análise. O PT, se vencer a eleição, vai reeditar essas políticas conciliatórias. Nenhum governo, que saia dessa eleição, vai ter vida fácil. Nós temos um Brasil hoje que é muito distinto do Brasil do golpe de 2016, ainda mais do Brasil que foi governado pelo PT. O País se transformou absurdamente em uma situação próxima de cair num abismo profundo. Se o PT ganha a eleição, eu temo pelo que pode acontecer no Brasil. Eu torço, eu luto para que o PT vença a eleição; eu penso que é a única forma de nós seguirmos com possibilidades de criticar quem está no governo. Fui muito crítico ao governo do PT, mas não posso dizer que fui cerceado no meu direito de crítica. E o principal desafio hoje é garantir a posse de Haddad e enfrentar o fascismo nas ruas. É importante dizer uma coisa, os eleitores de Bolsonaro não são fascistas em seu conjunto. 49 milhões de pessoas que votaram em Bolsonaro [votos do primeiro turno] não são fascistas. Não podemos dizer precisamente quantos fascistas o apoiam. Mas os dispositivos todos do fascismo foram acionados; estão nas ruas atacando mulheres, gays, transexuais, negros, índios, ameaçando pessoas de esquerda. Daí que o desafio da esquerda é derrotar esses dispositivos que foram acionados depois do golpe de 2016. E também derrotar uma tentativa de golpe, se o PT ganhar. Eu não tenho claro que as Forças Armadas embarcariam no seu conjunto, ou ao menos em sua parte mais reconhecida, majoritária e hierarquicamente superior, numa aventura golpista. Eu não quero crer que as Forças Armadas sejam capazes de embarcar novamente numa aventura perigosa como essa. Mas há setores golpistas no interior das Forças Armadas e fora delas que estão muito excitados com a possibilidade de darem um golpe. Por outro lado, uma vitória de

Bolsonaro, nos coloca em um desafio distinto e ainda mais dramático. Uma vitória de Bolsonaro nos obriga a preparar a resistência, porque, na melhor das hipóteses, haverá uma ofensiva por dentro das instituições estabelecidas, ou seja, não será uma ditadura aberta, pelo menos não imediatamente. Há autores que falam sobre uma transição conservadora e autoritária, que estabelece regimes autoritários dentro da institucionalidade. Isso está apontado num futuro governo de Bolsonaro, com elementos de intensificação dessa exceção: perseguição aos movimentos sociais, prisão de liderança de esquerda, por exemplo. O desafio, por isso, da esquerda é preparar as bases a médio e longo prazo, contando com a possibilidade de perdas, de baixas, e com a necessidade imediata de substituição dessas perdas, porque se tivermos lideranças reconhecidas presas, lutaremos para soltá-las, mas temos que ter outras que assumam essas funções. Eu falo das organizações dos sindicatos. É preciso que as centrais sindicais entrem em cena, assumam o papel que deviam ter assumido há muito tempo. Não é possível lutar contra o fascismo apenas fazendo passeata, é preciso que os trabalhadores se organizem, façam greve, que voltem a ter um protagonismo como tinham até tempos recentes, antes do golpe, porque não vamos derrotar o fascismo fazendo passeata, fazendo cirandas. Nós vamos tratá-lo com luta, com mobilização, com paralisação, com estrada bloqueada, com fábricas ocupadas. Faremos isso, se Bolsonaro se eleger, diante de um cenário com autoritarismo legitimado. É importante dizer outra coisa, eu não tenho dúvida que esse eventual governo de Bolsonaro, em dois anos vai entrar em litígio, em confronto direto com uma parte substantiva que o elegeu. Esse país vai colapsar, porque teremos mais desemprego, mais pobreza, menos direitos, mais violência; teremos menos Estado. Para fechar, eu faço das palavras de Vladimir Safatle, minhas palavras: todos que conhecem o Brasil, que estudam a história do Brasil sabem, em algum momento, que isso um dia, iria acontecer. O desafio que temos é perceber agora que coube a nossa geração enfrentar esse cenário; não podemos recuar, muito menos legar para as futuras gerações um país pior que aquele que recebemos.